

VIOLAÇÃO DE DIREITOS E DEVASTAÇÃO:
“LINHÃO” NAS COMUNIDADES
QUILOMBOLAS DE VIANA – MA



boletim informativo

SETEMBRO
2014

8

**NOVA CARTOGRAFIA
SOCIAL DA AMAZÔNIA**

“LINHÃO” NAS
COMUNIDADES
QUILOMBOLAS
DE VIANA

PROJETO

**Mapeamento
Social**

como Instrumento
de Gestão Territorial
contra o Desmatamento
e a Devastação

PROCESSO DE CAPACITAÇÃO DE POVOS
E COMUNIDADES TRADICIONAIS



boletim informativo

NÚMERO 8. AGOSTO 2014

COORDENAÇÃO GERAL DO PROJETO

Alfredo Wagner Berno de Almeida

CESTU/UEA

Rosa Elizabeth Acevedo Marim

NAEA/UFPA

COORDENAÇÃO DA EDIÇÃO

Aniceto Cantanhêde Filho

GESEA/UEMA/PNCSEA

Davi Pereira Júnior

GESEA/UEMA/PNCSEA

Cynthia Carvalho Martins

GESEA/UEMA/PPGCSPA

EQUIPE DE PESQUISA:

Aniceto Cantanhêde Filho

Davi Pereira Júnior

Gardênia Mota Ayres

GESEA/Mestrando em Cartografia Social e Política da
Amazônia UEMA/PNCSEA

Danilo da Conceição Serejo Lopes

GESEA/Mestrando em Cartografia Social e Política da
Amazônia-UEMA/PNCSEA

Dorival dos Santos

GESEA/Mestrando em Cartografia Social e Política da
Amazônia-UEMA/PNCSEA

Karina Borges Díaz Nery de Souza

UEMA/PNCSEA

Tacilvan Silva Alves

graduando em Ciências Sociais/UEMA/GESEA

COLABORADORES

Leonardo dos Anjos

MABE

Edinaldo Padilha

Comunidade de Camaputua

Maria da Consolação Lucinda

UEMA

CARTOGRAFIA

Luís Augusto Pereira Lima

PNCSEA-UEA/PPGCSPA-UEMA

GEOPROCESSAMENTO

Davi Pereira Júnior

Gardênia Mota Ayres

Karina Borges Díaz Nery de Souza

Martinho Souza Aires Filho

Enseada da Mata, Penalva

Tacilvan Silva Alves

FOTOGRAFIAS E FILMAGENS

Davi Pereira Júnior

Tacilvan Silva Alves

Gardênia Mota Ayres

Karina Borges Díaz Nery de Souza

Dorival dos Santos

DESIGN E PROJETO GRÁFICO

Casa 8

As comunidades sobre as quais versa este Boletim estão localizadas nos municípios de Viana, Santa Helena, Martinha e Pedro do Rosário, no Estado do Maranhão. São comunidades tradicionais que tiveram seus territórios impactados pela implantação da linha de transmissão LT 230 KV Miranda/Encruzo Novo.

A referida linha de transmissão interliga o norte e o nordeste do Maranhão: a subestação do município de Miranda do Norte e a subestação Maranhão-zinho, de propriedade da Encruzo Novo Transmissora de Energia Ltda. Foi leiloada pela Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL) em junho 2010, sendo arrematada pelo grupo espanhol Elecnor Sucursal Angola. O “linhão” vai atender a uma mineradora canadense situada em Centro Novo do Maranhão.

A linha de transmissão atingiu 11 comunidades quilombolas, sendo 09 em Viana e 02 em Pedro do Rosário. Esses municípios estão referidos à Baixada Maranhense; região política e ecológica caracterizada por campos naturais, que ficam alagados durante seis meses por ano. A Baixada Maranhense é marcada por grande quantidade de ilhas, tesos, lagos, igarapés e rios que a ligam às baías de São Marcos e Cumã, no Atlântico. Essa comunicação com o mar no período colonial facilitou o estabelecimento de vários portos, com objetivo principal de dinamizar os empreendimentos coloniais na região. Ali concentravam-se engenhos de cana-de-açúcar e fazendas de criação de gado. Para essa região foi direcionado o maior contingente de escravos africanos trazidos para o Maranhão, principalmente pela Companhia de Comércio do Grão Pará e Maranhão, no século XVIII.

Essa região é marcada por conflitos sociais históricos como a sublevação dos quilombolas em 1867. No município de Viana, localizado na Baixada Ocidental Maranhense, com predomínio das chamadas terras de preto e terras dos índios, ocorreram grandes desmatamentos desde a governação pombalina iniciada em 1750.

No momento atual grileiros que usurpam as terras públicas estão avançando com cercas elétricas de forma ilegal nos lagos e campos naturais destruindo o que resta da mata ciliar do beira-campo, impossibilitando aos agentes sociais de circularem livremente no território e limitando o acesso deste aos recursos naturais.

Além do processo de privatização dos recursos naturais, os moradores ainda enfrentam o problema da criação de bubalinos, soltos nos campos, que tem dificultado a pesca e destruído as roças, provocando danos ambientais que tem assumido proporções maiores com a passagem da linha de transmissão nas áreas de cultivo e de pesca das comunidades quilombolas.

As Terras dos Índios

As chamadas “terras dos índios” de Viana compreendem domínios que foram entregues formalmente a grupos indígenas ou seus remanescentes, na segunda metade do século XIX. Os domínios aqui referidos não se encontram

“...Aqui era terra dos índios, todo mês de agosto os índios vinham aqui...”

TOMÁZIA GOMES – COMUNIDADE
QUILOMBOLA CACOAL

entre as terras indígenas reconhecidas pela Fundação Nacional do Índio (FUNAI), distinguindo-se das extensões identificadas, delimitadas ou demarcadas legalmente que constituem as “terras indígenas”. As chamadas comunidades quilombolas interpenetram-se com o território reconhecido historicamente como terra dos índios, localizados nas franjas dos campos naturais. Várias delas estão também afetadas pelo cercamento ilegal dos campos naturais para a criação de bubalinos. A implantação de uma linha de transmissão intensificou a supressão ilegal da vegetação, sobretudo a derrubada de babaçuais, fonte de recursos naturais, tanto para quilombolas, quando para os moradores das terras dos índios, que reconstituem assim os desmatamentos sucessivos e a devastação da região.

“Eu nasci e me criei aqui, meus pais e meus avós tudinho nasceram e se criaram aqui. Aqui era terra dos índios. Todo mês de agosto os índios vinham aqui. E, o nome é Cacoal porque aqui tinha um sítio de cacau e aí passou por bem deles terem botado o nome Cacoal por causa disso. Os mais velhos já morreram só tem a remessa dos mais novos, mas todo tempo aqui tem uma história de greve de terra, então a terra quase toda só para uma família e os outros fica sem ter e aqui é só parente, tem bem pouca gente que não é só de uma família. Aqui a maior parte tudo é só família.

Os fundadores daqui, os proprietários mesmo, eu tenho pouco conhecimento, mas ouvia minha mãe mais meu pai dizer que os moradores velhos daqui um era finado

Insurreição de 1867

As comunidades quilombolas referidas neste boletim, ocupam um território palmilhado na sublevação dos quilombolas em 1867, chamada nos documentos oficiais de insurreição dos escravos de Viana ou, pelos memorialistas, da revolta dos pretos.

Mundinha Araújo no livro “Insurreição dos Escravos em Viana – 1867” faz referência ao quilombo São Benedito do Céu, que as fontes históricas indicam estar localizado à margem esquerda do rio Turi. Os quilombolas teriam marchado em direção às fazendas de Viana. Objetivavam, aproveitando o recrutamento de brancos para a guerra do Paraguai, apresar pólvora e armas, exigindo, em ultimato enviado às autoridades da Vila de Viana, a liberdade dos cativos. Conforme fontes citadas pela mesma autora, o quilombo São Benedito do Céu, mais distante ainda da margem esquerda do referido rio, havia sido atacado em 1862, de onde provavelmente mudaram-se em vista de sete meses depois, em nova busca não ter sido localizado. Essas fontes dão como certo que esses quilombolas haviam escapado de fazendas em Viana e mantinham contato com os que ficaram. Negociam também com brancos para quem prestavam serviço em troca de chumbo e pólvora. As referências às fazendas em que os escravizados se insurrecionaram e cujos nomes aparecem ainda em mapas da década de 70 do século XX, como localidades, e aos caminhos percorridos pelos quilombolas, conformam grande parte do território referido neste boletim, perpassando os atuais municípios de Viana, Pedro do Rosário e Santa Helena.

Norato, o outro era senhor de Antônio Siriquara, que logo que começou morar aqui, senhor de Antônio Gentil morou bem aqui onde era o sitio. Antônio Lisboa morava para outro lado, para aquela enseada e dependente disso os outros era minha avó mais meu avô do lado da minha mãe, quanto do lado do meu pai. O nome da minha mãe era Hipólita e de meu pai era Rocha, do pai de mamãe era Basílio Gomes e da parte de papai era Aprisio Pereira Aires. Os moradores velhos, aí tinha Roberto, Cornélio, tinha Espedião, Nhorzinho Lopes que o pai dele, Raimundo Lopes, era que era gerente dos índios, que aqui era terra dos índios. Todo mês de agosto os índios vinham aqui. Ali onde tem duas casinhas que tem o terraço na frente era do pai de Luisinho Lopes; aí toda

lua cheia de agosto os índios baixavam aqui, aí o pai dele morreu e ele ficou, ele para cá e papai pra lá. Eles faziam as coisas, eram combinados, quando ele queria fazer qualquer negócio mandava chamar ele e quando papai queria fazer qualquer coisa vinha conversar com ele e aí. Desses mais velhos que ficou foi ele então tudo que eles queriam fazer eles vinham pedir a opinião dele aqui, aí foi tempo que papai morreu, ele morreu, os pais deles morreram, o pai da minha mãe morreu, a minha mãe morreu e ficou só a geração nova. Tem um tio meu que tem uns cento e poucos anos. Ele nasceu aqui, mas não está aqui no momento.” TOMÁZIA GOMES - COMUNIDADE QUILOMBOLA CACOAL

Os índios retornavam a frequentar Itaqueritiua e São Cristóvão

“Quando os índios vinham aqui eu ainda não tinha muito conhecimento ainda, estava pequena, só mamãe que conheceu eles, papai, esses outros mais velhos. Eu não cheguei a olhar, só sei que todos anos os índios vinham aqui em Itaqueritiua, São Cristóvão por aí tudo eles andavam, por onde pertenciam de ser deles, eles iam, porque hoje eles já não têm mesmo nada, porque eles já tomaram. Todo ano pela lua cheia de agosto os índios vinham aqui. Quando o velho meu tio vinha abrir a porta eles estavam tudinho na porta da casa dele e nesse tempo que eles viajavam pra cá. Não cortava coco, eles não deixavam que se cortasse um cacho de coco. Era confusão pra muito tempo. Agora eles largaram nunca mais eles vieram nem aqui, nem nesses outros lugares que eles iam.” TOMÁZIA GOMES - COMUNIDADE QUILOMBOLA CACOAL. ENTREVISTA REALIZADA EM AGOSTO DE 2012

Comunidades quilombolas, ribeirinhas de Viana e a implantação do “linhão”

As comunidades quilombolas de Viana com a implantação de projetos de torres de transmissão de energia elétrica sofreram impactos que provocaram modificações no seu modo de viver.

O Projeto Linha de Transmissão 230 kV Miranda - Encruzo Novo foi implantado pela Encruzo Novo Transmissora de Energia Ltda. na região da Baixada Maranhense. Este projeto tem por finalidade reforçar o sistema de distribuição de energia elétrica no estado e cobre os municípios de Miranda do Norte, Arari, Viana, Matinha, Cajari, Pedro do Rosário, Nova Olinda do Maranhão, Presidente Médice, Maranhãozinho e Santa Helena.

Em Viana, segundo relatório elaborado pela empresa Ecology Brasil/Encruzo Novo Transmissora de Energia Ltda., entre setembro e outubro de 2010 foram identificadas, na definida área de influência direta do empreendimento, onze comunidades remanescentes de quilombo entre os municípios de Viana e Pedro do Rosário. As comunidades aqui referidas são: Canarana, Cacoal, Capoeira, Carro Quebrado, Mocambo, Ponte de Tábua, São Manoel II, Ipiranga e Melhora, em Viana e Bornéu e Boa Fé, em Pedro do Rosário.

Cabe salientar, que até a data de divulgação do relatório da Ecology Brasil e da implantação da linha de transmissão, essas comunidades não haviam recebido a certificação de autodefinição pela Fundação Cultural Palmares,

nem os títulos definitivos dos territórios. Para além das comunidades categorizadas como área de influência direta, existem outras comunidades quilombolas impactadas. Trata-se de um território de uso comum dos recursos

naturais, para feitura de roças, pesca, extrativismo do coco babaçu e utilização dos campos naturais alagados.

Além das comunidades quilombolas tem outras comunidades tradicionais que são quebradeiras de coco e ribeirinhas, estão lá nos lagos naturais, campos cobertos, brejos onde essas torres estão implantadas, no local onde praticam a pesca artesanal [...] e outras comunidades quilombolas como Ferreira que não está incluída no mapa. ZULMIRA MENDONÇA, COMUNIDADE QUILOMBOLA CAPOEIRA, 2012

As comunidades quilombolas do município de Viana enfrentam conflitos com fazendeiros que invadem seus territórios e os privatizam, loteiam e as cercam com arame farpado e cerca eletrificada. Ameaçam vidas, impedem a feitura de roças e o acesso principalmente aos



Torre da linha de transmissão na comunidade quilombola de Cacoal, Viana

babaçuais, recurso extrativista que as quebradeiras de coco babaçu vêm reivindicando o livre acesso. No depoimento abaixo Maria de Jesus expõe as dificuldades vivenciadas no quilombo Santa Rosa de Ponte de Tábua:

“Nosso problema não é só o linhão, nós queremos o direito das comunidades quilombolas, o respeito, que esse direito é nosso, temos que nos juntar e lutar por aquilo que é nosso.”

MARIA DE JESUS, PRESIDENTE DA ASSOCIAÇÃO DO QUILOMBO DE SANTA ROSA DE PONTE DE TÁBUA, 2012

A implantação da linha de transmissão acarretou para essas comunidades uma violência ambiental e simbóli-

ca, uma vez que foram realizados desmatamentos para abertura de picadas e de áreas de servidão para implantação das torres, devastação de babaçuais e olhos d'água das comunidades, devastação e destruição de área considerada sagrada para a comunidade. As torres cortam as estradas vicinais e aquelas implantadas nos campos naturais alagados. Representam perigo, principalmente para crianças, no desenvolvimento da pesca e causam incomodo devido o barulho produzido pela corrente elétrica.

O “linhão”: a devastação nos depoimentos de quilombolas

“A região onde essa linha passou é uma região que a gente aproveitava. São Manuel II a gente botava bastante mandioca n'água, na época de verão forte aqui, a gente ia daqui botar mandioca na água lá. As mulheres de lá e daqui juntavam coco juntas. Daqui e para lá a maior questão é essa mesmo, a questão da devastação, devastou uma área que hoje é São Manuel, mas na época a gente sempre teve esse contato nos trabalhos e também o risco que a gente corre de passar por baixo e sofrer qualquer dano. Em São Manuel, passa perto das casas, lá onde o rapaz disse que a zoada incomoda ele.”

PROCÓPIO SILVA, COMUNIDADE QUILOMBOLA CONTENDA, 2012

“Pois é gente, essa questão é complicada, é pra todas as pessoas, é para todos os movimentos estarem partici-

pando, porque eu acabo trabalhando essa mesma questão, esse linhão, essa empresa que está fazendo esse trabalho é Canadense, em Centro Novo do Maranhão essa empresa foi barrada. O prefeito de Centro Novo recebeu 500 mil e quero dizer que a gente fica triste quando as pessoas se desfazem dos seus bens, ganhando 25 reais por dia, mas que eles já estavam saindo do seu local de trabalho. Mas quando eu soube já estava numa empresa Chinesa o material pra vender, não está perdida a causa, o movimento tem que ser unido. As pessoas estão isoladas, a estrada é importante, o poço, a gente não quer saber de onde vem, mas nós temos que pensar dar tempo para se pensar.” JOSE CARLOS DA COMUNIDADE SOSSEGO, OFICINA REALIZADA EM PENALVA-MA, MARÇO DE 2012

O que as quebradeiras de coco dizem sobre a implantação do linhão e as políticas de compensação ambiental

“E a gente se pergunta, nós quilombolas, quebradeiras de coco, nós merecemos ser ensinados a plantar? porque nós sabemos plantar, eu acho isso um desrespeito.”

ROSÁRIO, COORDENADORA DO MOVIMENTO INTERESTADUAL DAS QUEBRADEIRAS DE COCO BABAÇU – MIQCB – DE MATINHA FALA SOBRE A IMPLANTAÇÃO DO LINHÃO E AS POLÍTICAS DE COMPENSAÇÃO

“Como é de responsabilidade do movimento, o movimento das quebradeiras de coco que é responsável pelo babaçu livre. Porque o movimento se precaveu, vamos deixar uma denúncia feita, porque senão a gente vai ser responsável também. O pessoal da empresa do linhão está oferecendo curso pra ensinar a plantar o que eles devastaram. Eles devastaram as palmeiras que estavam lá e estão dando curso de agroecologia, ensinando a plantar. Nós aqui do Maranhão sempre soubemos plantar, agora vamos aprender a plantar?”

Na hora das negociações existem negociações coletivas e existem negociações pessoais. Foi por isso que a gente foi junto ao Ministério Público. A gente muitas das vezes somos muito individuais. Chegou o benefício, a gente sabe que vai prejudicar todo mundo. Mas a gente sabe que é aquilo que tem a oferecer, então a gente se agarra àquele benefício.

O linhão está atingindo parte de todas as comunidades da Baixada, então tinha que ser discutido coletivamente, porque é o nosso patrimônio que está em jogo. É a primeira coisa que a gente tem que discutir, e a gente nem pensou que o linhão vai atingir o nosso território. E a gente não está preocupado com isso?

A questão dos poços, temos que estar bem atentos. Corre o risco deles não acabarem o poço e dizer que teve compensação. Eu acho que estrada é boa, mas além



Curso de Convenção 169



Zulmira Mendonça da comunidade quilombola Os Baía/Viana-MA

dessa estrada eles tinham que firmar compromisso.

As prefeituras não querem que a gente estude, porque quanto mais analfabetos a gente for, mais eles permanecem no poder, pisando nas nossas cabeças.

Eu me deparo com uma situação dessas, mas a gente tem que encontrar um caminho, para ver de que forma a gente vai se resguardar. Para não ser mais uma coisa que vai servir pra nós de elefante branco.

Eu acho que a gente vai ter os projetos e tem que se preparar

para os desafios e para os impactos. Vamos fazer um jeito de estar buscando os aparatos da lei, para que essas multinacionais não passem por cima da gente feito um trator. Nós só não podemos é ficar de braços cruzados, vendo a água passar. No que precisar do movimento nós estamos aqui.

Ver a questão da compensação individual e a outra compensação coletiva é outra preocupação também. A compensação individual as pessoas estão fazendo por não ter conhecimento. A compensação coletiva é uma questão de quantas comunidades estão atingidas pelo linhão. Tem comunidades que não estão se achando atingidas até o momento pelo linhão. Comunidades foram compensadas com casa de farinha, estradas, curso, poço, horta de poucos metros. E, dizer para mim e para vocês, será que essa casa de associação, que esse curso, será que esse aprendizado compensa os danos causados dentro da comunidade, de 72 comunidades? E a gente se pergunta, nós quilombolas, quebradeiras de coco, nós merecemos ser ensinados a plantar? porque nós sabemos plantar, eu acho isso um desrespeito.

A estrada poucos quilômetros de estrada, isso é uma falta de respeito com nós quilombolas. Poço que hoje nós acabamos de ver que não está nem funcionando. E por tudo isso nós como movimento, cabe a nós, estamos

com a coordenadora geral do nosso movimento, com a coordenadora regional, tomamos como pergunta o que o Movimento Interestadual das Quebradeiras de Coco Babaçu (MIQCB) está fazendo, o que nós vamos enfrentar? Porque nós não fomos citados, não fomos informados para acompanhar essa situação desde o início. Eles implantaram o linhão e nunca chamaram a gente.

Nós chegamos ao Ministério Público Federal em audiência como coordenação do regional, aproveitamos para fazer uma denúncia falando sobre essa linha que estava passando aqui, falando sobre o que a gente pensava que ia ser, que as comunidades iam ser prejudicadas. Várias comunidades estão achando que não é prejudicial essa situação que está acontecendo.

Eu fico perguntando para as associações beneficiadas pelo linhão se essas pessoas vão voltar lá, se a comunidade melhora. Vi uma casa da associação mal acabada, um quadro de chão que chamaram de horta, mas que nós o movimento não acha que pode ser chamada de horta. Espero que venha eles terminar. E estou falando de outras comunidades que tem 60, 70 famílias que foram compensadas, mas que não é suficiente". MARIA DO ROSÁRIO SOARES COSTA FERREIRA, COORDENADORA DO MIQCB, OFICINA REALIZADA EM PENALVA-MA

Sobre o Linhão: – “Quando vimos já estavam implantando o projeto, estavam fazendo um diagnóstico para saber o que as comunidades estavam precisando para receber como compensação. A gente vem acompanhado, fui em busca de tentar ver os trâmites. A primeira coisa é que o projeto já tinha dois anos. Nós buscamos juntos ao Sindicato dos Trabalhadores Rurais informações. Na reunião do STTR, queríamos que eles apresentassem o projeto. Nos falaram que naquele momento podíamos fazer pouca coisa, porque era um projeto do Governo Federal. Eles tinham até 40 dias para audiência pública, eram 4 municípios com comunidade quilombola com a audiência pública no município com o público atingido pelo linhão. Eles deram apenas alguns cursos de manejo para mudar a cultura, mas é em longo prazo. O que a gente pode como comunidade quilombola, neste município que é muito racista, o que podemos aprender é conhecer nossa comunidade, como o PNCSA, será importante. É uma coisa que a gente clama, pesquisa sobre nossa realidade, que é uma coisa que não temos.

Ficou acertado que a comunidade faria a organização estatutária e a empresa ficou responsável pela certidão da Palmares. Porém, posteriormente, surgiram informações que estas foram feitas pelos representantes da empresa em parceria com a ACONERUQ e depois reenviada para as comunidades apenas para serem aprovadas." ZULMIRA MENDONÇA, COMUNIDADE QUILOMBOLA OS BAÍA/VIANA – MA

Processo de Titulação

As comunidades quilombolas que tiveram seus territórios atingidos pela Linha de Transmissão, ainda enfrentam problemas de reconhecimento, principalmente pela dificuldade em conseguir a Certidão de Reconhecimento como quilombo emitida pela Fundação Cultural Palmares. Essa dificuldade ocorre em função da demora dos processos e mesmo pela dificuldade em encontrar quem oriente de modo correto os procedimentos. Destaca-se ainda que todas essas comunidades quilombolas estão formalmente filiadas a sindicatos e a uma associação que representa comunidades quilombolas a nível estadual.

No processo da passagem do “Linhão”, apenas as comunidades filiadas à Associação das Comunidades Negras Rurais Quilombolas (ACONERUQ), e indicadas pela Fundação Cultural Palmares da região foram chamadas a negociar compensações pelos impactos e intrusamentos sofridos pelos seus respectivos territórios.

No município de Viana foram apontadas pelas entidades nove comunidades quilombolas afetadas pelo “linhão”. São as seguintes: Capoeira, Canarana, Cacoal, Mucambo, Ipiranga, Contenda, Santa Rosa do Aguiar, São Manoel e Carro Quebrado, todas filiadas a ACONERUQ.

Conforme Zulmira Mendonça, liderança da comunidade Capoeira (Viana), além das 09 comunidades apontadas pela ACONERUQ, em Viana, existem mais de 20 comu-

nidades tradicionais impactadas pela linha de transmissão que não foram mencionadas.

Durante o trabalho de campo, identificamos comunidades quilombolas como Poção Grande, Santa Maria e Ferreira que tiveram seus territórios impactados com grandes desmatamentos pela linha de transmissão. Tais comunidades não estão referidas como comunidades tradicionais pelo projeto, nem foram apontadas como impactadas pelas agências governamentais, dentre as comunidades quilombolas do estado do Maranhão. Elas sequer constam nos mapas e nos estudos apresentados pela empresa Ecology Brasil.

É importante observar que logo após a implantação da linha de transmissão o governo do Estado, através da Secretaria de Desenvolvimento Agrário (SEAGRO) e do Instituto de Terras do Maranhão (ITERMA) procedeu à regularização fundiária de 09 comunidades do município de Viana. As comunidades foram as seguintes:

A entrega de títulos acirrou conflitos, como o ocorrido no território Mucambo, dividido em dois povoados: Mucambo I e Mucambo II. O título entregue se refere a Mucambo I, pois a comunidade de Mucambo II não foi

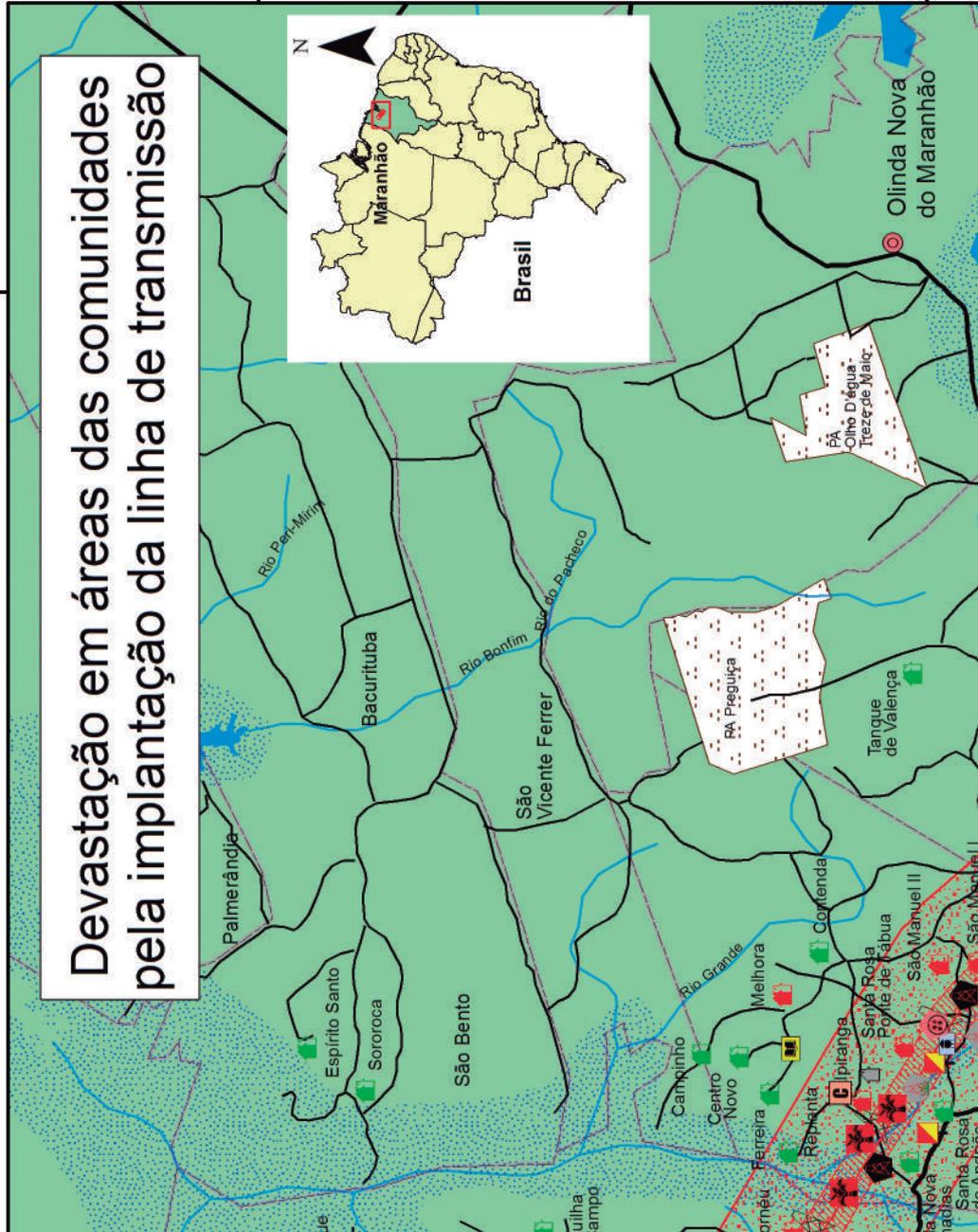


Moradores da comunidade de Mucambo e pesquisadores em reunião, 2012

POVOADO	ASSOCIAÇÃO	ÁREA
Contenda	Associação de Trabalhadores e Trabalhadoras Remanescente de Quilombo São Jorge do Povoado Contenda	1.070,0259ha
São Manoel II	Associação comunitária do Povoado São Manoel II	223, 3642ha
Ferreira	Associação Comunitária da Nossa Senhora de Aparecida do Povoado Ferreira	309,1675ha
Santa Rosa I	Associação de Pais e Mães de Moradores do povoado Santa Rosa	605, 6808ha
Santa Rosa II	Associação Comunitária do Povoado Santa Rosa e Adjacências do município de Viana	343,5436ha
Aguiar	Associação Comunitária do Povoado Aguiar União com Deus	906,4145ha
Cajueiro	Associação Comunitária do Povoado Cajueiro	264, 574ha
Caranguejo	Associação União de Moradores do Povoado Caranguejo	274, 3079ha
Mucambo	Associação de Moradores do Povoado Mucambo	397, 0043ha

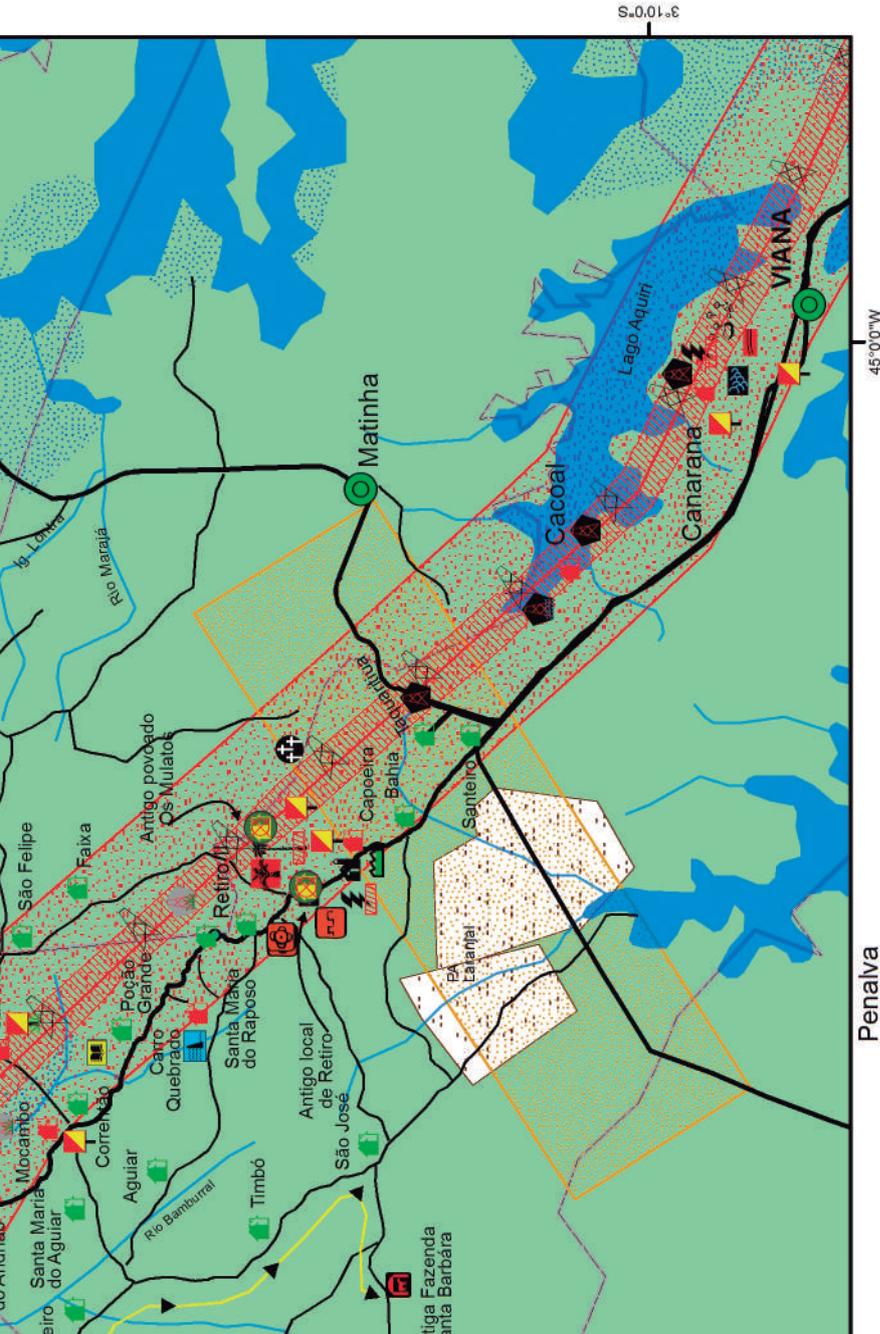
Devastação em áreas das comunidades pela implantação da linha de transmissão

45°00'W



2°50'00"S

3°00'00"S



Penailva

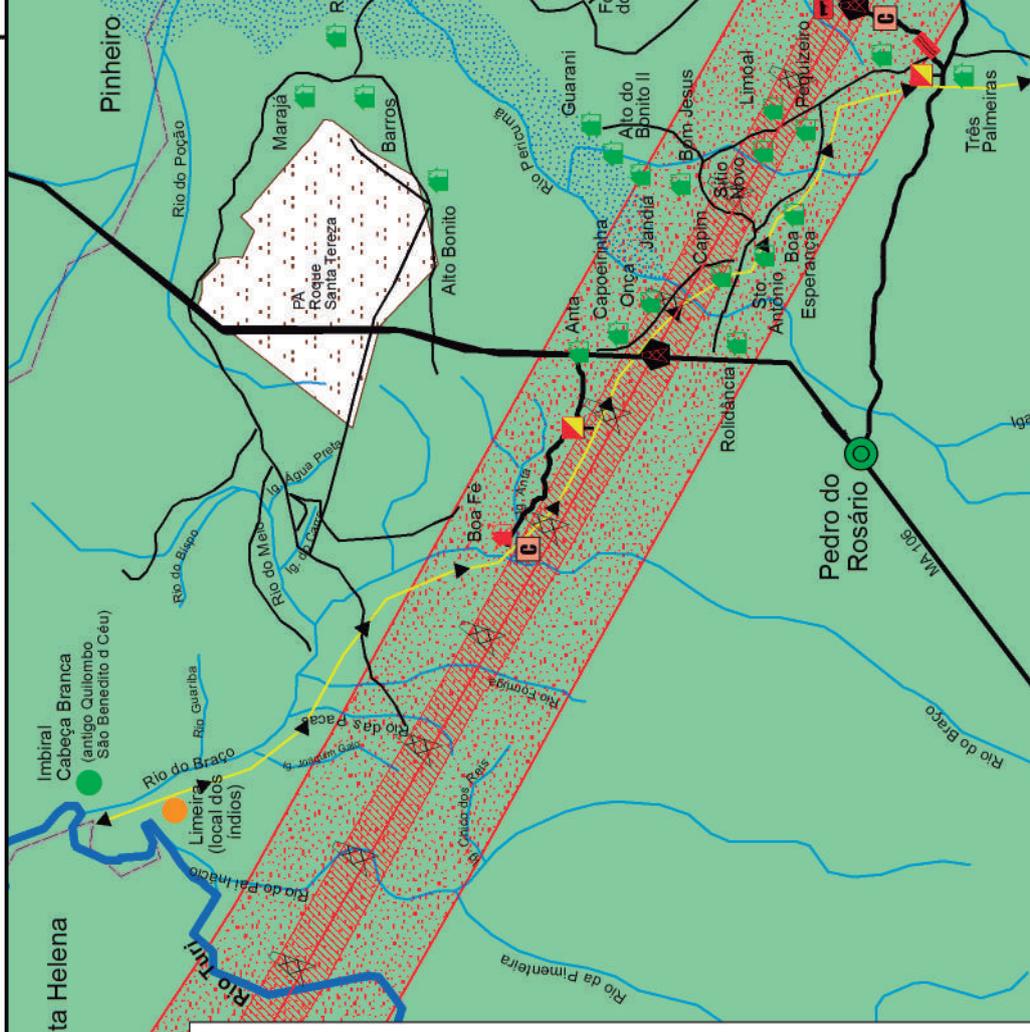


Fonte:
 Croquis das Comunidades Quilombolas,
 pontos coletados com GPS, IBGE 2011, INCRA 2011,
 ANA 2008, Ministérios dos Transportes 2010, BN 2014.
 Cartografia:
 Luis Augusto Pereira Lima (PNCSEA-UEA, PPGCSPA-UEMA)

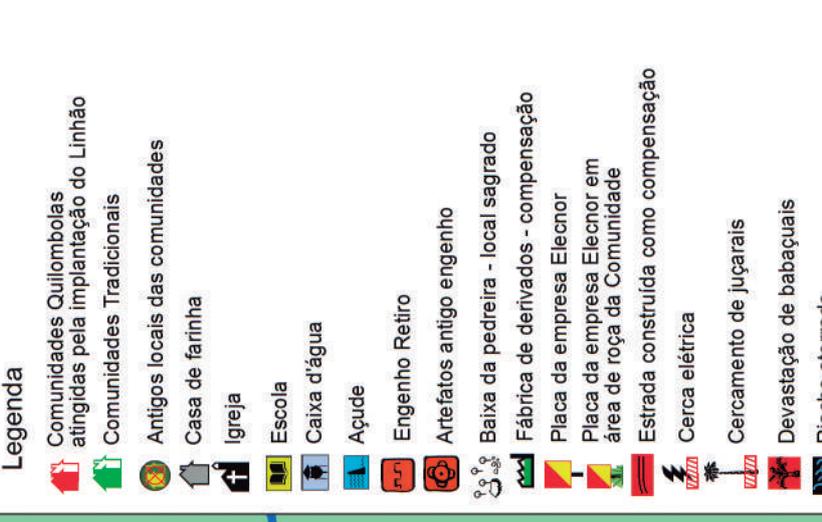
Programa de Pós-Graduação
 em **Cartografia Social**
 e Política da Amazônia

45°15'0"W

45°30'0"W



45°30'0"W



2°50'0"S

3°0'0"S

Santa Helena

Pinheiro

Pedro do Rosário

Imbiral Cabeça Branca (antigo Quilombo São Benedito d Céu)

Limeira (local dos índios)

Marajá

Barros

Alto Bonito

Boa Fe

Anta

Capoeirinha

Onça

Jandia

Capim

Bom Jesus

Limpoal

Sítio Nvo

Sto. Antônio

Bos

Esperança

Rolidância

Três Palmeiras

Forç do C

Guarani

Alto do Bnito II

-  Riacho aterrado
-  Fazenda São Luís Livramento
-  Certificação como compensação
-  Torre-linhão cortando estrada
-  Torre-linhão em açude das Comunidades
-  Torre-linhão cortando áreas de roça
-  Torre-linhão em áreas das Comunidades
-  Trajeto das Torres do linhão LT230 KV Miranda Encruzo Novo cortando as áreas das Comunidades
-  Área atingida pela implantação do linhão LT230 KV Miranda Encruzo Novo
-  Área desmatada para implantação do linhão LT230 KV Miranda Encruzo Novo
-  Possível trajeto dos Quilombolas no ataque a fazenda Santa Bárbara
-  "Terra dos Índios"
-  Estradas e acessos
-  Rodovias
-  PA - assentamentos
-  Limites municipais
-  Hidrografia
-  Área sujeita a inundação



3°10'S

45°30'0"W

45°15'0"W



PROJETO NOVA CARTOGRAFIA SOCIAL DA AMAZÔNIA

Mapeamento Social como instrumento de gestão territorial contra o desmatamento e a devastação:
 Processos de capacitação de povos e comunidades tradicionais



Equipe de pesquisa:
 Aniceto Cantanhede Filho, Davi Pereira Junior,
 Danilo da Conceição Serejo Lopes, Gardêni,
 Dorival dos Santos, Luis Augusto Pereira Lit,
 Tacilvan Silva Alves, Leonardo dos Anjos,
 Edinaldo Padilha, Lenora,
 Karina Borges



Linha de transmissão cortando povoado de Anta, Viana, MA, placa oficial indicando a construção de uma fábrica de beneficiamento de babaçu como política de compensação, Capoeira, Viana

titulada, haja vista ter supostos proprietários na área. Cabe explicar que o ITERMA só procede à regularização fundiária de áreas públicas através de um processo de arrecadação, quando há título ou pretensão proprietário ou conflito estabelecido pela posse que incida sobre a área reivindicada como quilombola ou assentamento. Nessas situações, o ITERMA não costuma regularizar, uma vez que conforme estabelece o decreto federal 4.8887/2003, o órgão não realiza desapropriação e desentrusão de área.

O título da comunidade de Melhora toma boa parte do território da comunidade Contenda. Como o título foi emitido em nome da associação de Melhora os moradores de Contenda não se sentem contemplados. Esses dois povoados são ligados e compartilham um mesmo poço chamado “poço da amizade,” que representa a união das duas comunidades, caso semelhante ocorre com as comunidades do Aguiar e de Santa Rosa do Aguiar.

Devastação, conflitos e compensação ambiental decorrentes da implantação do “linhão” em comunidades quilombolas

Danos causados pela implantação do linhão às comunidades

Comunidade quilombola de Capoeira

A comunidade de Capoeira tem seu território invadido por fazendeiros, os moradores identificam três supostos proprietários dentro do território não titulado. Na área ocupada pelas fazendas está o antigo cemitério da comunidade e babaçuais, jussarais, cercados por arame

A fragmentação se observa também nos casos dos territórios das comunidades de Santa Rosa I e Santa Rosa II, São Manoel I e São Manoel II. Os títulos consideraram a área do povoado e não a caracterização do território quilombola em sua totalidade. A titulação feita em “ilhas” isola comunidades, coloca limites que não existiam, estabelece conflitos. Melhora, que usava a área de roça de São Manuel, com o título e o estabelecimento de “fronteiras”, foi citada como caso de constrangimento

no uso das antigas áreas. As observações de campo e as narrativas locais apontam para a existência de um território contíguo, tanto nas relações sociais estabelecidas entre os moradores dos povoados quanto na forma de se relacionarem com o território e os recursos naturais de uso comum, desde tempos imemoriais. Entretanto, a fragmentação para titulação e as comunidades desprezando a existência de um território mais amplo, em algumas situações tem acirrado os conflitos e estabelecido outros.

Os títulos são datados de agosto de 2011 e só foram entregues no ano seguinte, no momento em que a empresa e as comunidades discutiam políticas compensatórias. Atribui-se a entrega dos títulos como políticas compensatórias dadas pela empresa e não uma luta das comunidades e do Sindicato dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais de Viana.

farpado para plantio de capim e criação de gado. As pastagens são produto das áreas desmatadas. As quebraadeiras de coco para juntarem coco babaçu passam por vários obstáculos. A área das fazendas é separada por lotes, cercada por arame farpado, dificultando a passagem. As torres da linha de transmissão estão nessa área invadida por fazendeiros. Há grande devastação dos babaçuais. Não há placas ou qualquer informação orientando sobre perigo na denominada faixa de servidão.



Área de babaçal e campo natural com cercas das fazendas, cercas elétricas e cortadas pelo “linhão”



27.09.2012 14:03



27.09.2012 19:30



27.09.2012 19:39



28.09.2012 17:10

Fábrica de beneficiamento de babaçu, Capoeira, Viana



27.09.2012 11:10

Prédio da igreja construído com uso da mão de- obra e terreno cedidos pela comunidade, Canarana, Viana, MA



27.09.2012 19:39

Antiga pedra sagrada destruída pela Elecnor, Canarana/ Viana Maranhão



Bomba sugando água do Lago Aquiri para encher açudes de fazendas para criação de peixes.

As orientações encontradas apenas indicam a numeração das torres pela empresa Elecnor.

Diante do cercamento dos babaçuais na comunidade Capoeira a política designada como compensatória foi a fábrica de beneficiamento de coco de babaçu. A fábrica é uma parceria entre as empresas Encruzo Novo, Naturais da Amazônia e a ACONERUQ. A fábrica possui duas máquinas: uma para torrar as amêndoas e outra para extrair o óleo. O azeite produzido é vendido para a empresa Naturais da Amazônia. Questiona-se as políticas designadas como compensatórias em função de incentivarem o mercado e as empresas em detrimento ao apoio às formas específicas de produção dos quilombolas.

Comunidade de Canarana

Pedreira é destruída para retirada de piçarra utilizada na construção de estradas por políticas consideradas compensatórias.

O território de Canarana nunca foi titulado, as torres de linha de transmissão implantadas nos campos naturais alagados. Ocorreu o desmatamento de área de “pedreira”

considerada sagrada pelos moradores para retirada de piçarra para a construção de estradas negociadas como política compensatória, abertura de picadas para transporte da piçarra; cercas elétricas no campo colocadas por fazendeiros e ausência de qualquer orientação sobre o perigo das torres.

Prédio da igreja construído com uso da mão de obra e terreno cedidos pela comunidade, Canarana, Viana, MA

A estrada não foi finalizada e entupiu o rio. A empresa não pagou pela piçarra retirada da pedreira que foi utilizada para fazer a estrada de outra comunidade vizinha.

“E ai, a piçarra de lá é boa. E ai, onde eles tiram a piçarra, a maioria, dessas ruas de Viana é com piçarra lá de Cacoal. E ai, eu acho que por causa da distância, né. Raimundo foi quem fez esses levantamentos ai, pois foi ele mesmo. Ai ele começou dizer que não, que não. Ai eu disse - olha, eu tenho gravado no chip do meu celular. Meu celular apagou mas eu tenho gravado naquele momento que nós estávamos conversando ali eu tenho gravado a nossa conversa. Ai, na hora que eu disse assim ele disse - não Raimundo vocês têm que entender, num sei o quê... eu disse - não, eu estou entendendo e vocês



Proximidade da torre da linha de transmissão com a comunidade de Cacoal

também tem que entender Raimundo que vocês fizeram compromisso e não foi só comigo foi com a comunidade inteira. Ai foi que ele foi já botou uns canos mas, assim mesmo. Na estrada passava um rio, e ainda eles entupiram o rio e eu até disse pra ele desentupir o rio. Eu estou ligando pra ele e ele não está nem atendendo, porque eu disse, nós só vamos fazer as cabeças das bueiras quando eles vierem desentupir o rio". RAIMUNDO BENEDITO FERREIRA DA COMUNIDADE DE CANARANA, 2012

"Aqui era o rio. Aqui é o rio que passa onde eles entupiram ali e ficou aqui esse encontrilhão aqui entupido. A gente usava pra pesca, era usado. Até mesmo no inverno quando está as primeiras chuvas que ai enche logo aqui e ai as pessoas, as mulheres vem e lavam, como ainda tem água ali como tu tá olhando que ainda tem água ali. Um pouco d'água ali. Essa lagoa bem ali serve para lavar roupa." RAIMUNDO BENEDITO FERREIRA DA COMUNIDADE DE CANARANA, 2012

"O que eu acho que vai prejudicar bastante é porque, é no inverno porque passou bem... e lá, no período do inverno, e eles não esticaram bem a rede do linhão e ela ficou bem baixa e, realmente, quando o inverno for bas-

tante grosso vai prejudicar porque ficou baixo. O inverno pequeno lá a gente olhava assim, estava próximo... Tem uma dessas que os meninos treparam na torre. E já aconteceu que tinha um que já ia trepando lá, eu acho que do susto, eu dei um grito em cima dele que ele até se espantou. Ele queria trepara na torre ligada e isso é muito perigoso". RAIMUNDO BENEDITO FERREIRA DA COMUNIDADE DE CANARANA, 2012

Comunidade quilombola Cacoal

Território não titulado, torres implantadas próximas às casas das comunidades, locais utilizados para lazer, área de pesca, trânsito de pedestre e pescadores. As torres atravessando o lago do Aquiri usado pela comunidade. Ruídos transmitidos pelas linhas de transmissão são ensurdecadores.

"Bom, então os antecedentes antes de mim falaram que o povoado de Cacoal era um povoado onde as pessoas se refugiavam do trabalho escravizado, que na verdade quem veio agora, já a comunidade povoado de Esperança, Bacurizeiro, quem conhecesse esses povoados lá nos anos 50 nem imaginam a diferença que é agora porque



Torres sobre o Lago Aquiri em Cacoal

na verdade a gente ia daqui ao Bacurizeiro só por debaixo do mato fechado. É sim senhor. Só por debaixo do mato fechado, porque no Bacurizeiro tinha um engenho é onde as pessoas trabalhavam no povoado de São Pedro, que também tinha outro engenho, certo? E também tinha aquele ali próximo da Matinha. É ali na Matinha, na Belas Águas. É Belas Águas ali próximo da Matinha. Então, é da onde as pessoas daqui saíam pra trabalhar nesses engenhos. Mas, na verdade, por exemplo, o povoado de Cacoal. Por que Cacoal? Porque as pessoas antes dos meus avós, que era Casimiro, também avô de Zulmira, é, então, as pessoas que moravam aqui antes dele. Eles cultivavam muito o cacau. Existiam muitos sítios de cacau nesta comunidade. Agora saber pra quem eles vendiam é que a gente pergunta pras pessoas mais velhas, e eles não sabem. Também, pra quem eles vendiam. Porque na verdade, hoje ainda a gente ainda encontra

muitos pés de cacau que nascem nativamente. Assim, aqui e em qualquer lugar desse que você vá num mangal desses aí, aqui nós temos um açcaizal muito grande. Você ainda encontra vários pés de cacau. Então, só serve mesmo para a alimentação da gente. As crianças quando acham, porque é uma planta que fica muito bonita, porque ele bota muitos cacaús mesmo, então depois de maduro ele fica muito bacana; então as crianças apanham. A gente mesmo, quando encontra, a gente apanha então e já serve pro nosso próprio alimento. Então, por isso o nome de Cacoal. Na verdade deveria ser Cacoal que vem de sitio de cacau. Então ficou Cacoal.” JOSÉ RIBAMAR GOMES, COMUNIDADE DE CACOAL, 2012

Comunidade quilombola Ipiranga: devastação de palmeiras de babaçu para passagem do linhão



Próximo à comunidade de Ipiranga, a implantação das torres de linhas de transmissão, seguiu o percurso de um rio. Acompanhando esse mesmo percurso foi devastada uma área de babaçuais. A equipe do PNCSA identificou que mais de trezentas e cinquenta palmeiras de babaçu forma derrubadas nos desmatamentos.



A área de servidão das linhas de transmissão foi seguindo o percurso do rio com derrubada de madeira arariba e palmeiras. A linha de transmissão foi implan-

Devastação de babaçual para abertura de caminho de servidão na comunidade quilombola de Ipiranga/Viana – MA

tada na área destinada às roças. Não houve medidas de compensação em Ipiranga, apenas proposta de melhoria e reativação de fábrica de farinha. A Comunidade elaborou projeto, propondo condições para o funcionamento e reativação da fábrica de farinha que continua inativa.

“Então vou falar do linhão. Teve várias reuniões dizendo que ia dar certo, tirava todo mundo das roças para falar com Arnaldo, para fazer uma casa de farinha, mas ninguém sabe desse projeto, a casa de farinha não funcionou, o poço artesiano não funcionou, prometeu forno elétrico, que nunca chegou pra nós. Os palmeirais derrubados, o desmatamento foi feio. O que tivemos foi prejuízo dos palmeirais devastados” ADEMAR SILVA CASTRO – COMUNIDADE QUILOMBOLA IPIRANGA. / DEPOIMENTO REALIZADO EM OUTUBRO DE 2012

“Lá para começar, começou por um irmão meu que fez um cercado, que não era pra ele fazer, mas ele fez. Agora uma pessoa de Viana comprou uma área e cercou ainda mais, agora a gente não consegue nem pescar. Até cerca elétrica. Os nossos animais não vão nem vem. O desmatamento, quem mais desmata é Amado Batista. Regularização da área ainda não foi possível”. ADEMAR SILVA CASTRO COMUNIDADE QUILOMBOLA IPIRANGA, VIANA-MA



Comunidade quilombola de São Manoel II

É um Território titulado e o desmatamento foi causado pela linha de transmissão resultando no entupimento da nascente do rio Jacaré. Houve desmatamento de palmeiras e áreas de reserva com plantas medicinais; casas de taipas próximas às torres; fortes ruídos causados pela alta voltagem das linhas de transmissão consistem em outros danos ambientais.

“O que eles disseram que essa linha de transmissão que está prejudicando hoje atende 2 km, se fosse preciso montar uma fábrica ou alguma coisa para a comunidade essa linha de transmissão iria servir.

A linha prejudica agente porque a região que essa linha passou ela é uma região aonde agente aproveitava aqui em São Manoel II, uma região que agente botava mandioca na água. No período do verão forte, as mulheres se juntavam para juntar o coco pra cá e pra lá e a maior questão mesmo é essa da devastação, devastou a área que é São Manoel, mas a gente sempre teve esse contato de estar junto no trabalho e também a questão do risco que a gente corre de passar debaixo dessa rede e sofrer qualquer dano.

Contenda e São Manuel era uma só área. De acordo foi feito o limite entre as duas. Contenda não foi convidada para a compensação porque não seria atingida.” JOSÉ PROCÓPIO SILVA – COMUNIDADE QUILOMBOLA CONTENDA. ENTREVISTA REALIZADA EM AGOSTO DE 2012

“Na nossa região existe também a invasão dos fazendeiros, a devastação é muito grande e a ameaça também. Infelizmente nós trabalhadores também estamos acomodados porque as vezes acha que não há conflito, não há ameaça, mas essas coisas também acontecem sim. Precisamos nos organizar porque o que a gente vê que hoje as comunidades são muito dependentes, alguns líderes comunitários acabam se vendendo, ficam recebendo salários usando as comunidades.” JOSÉ PROCÓPIO SILVA – COMUNIDADE QUILOMBOLA CONTENDA. DEPOIMENTO REALIZADO EM OUTUBRO DE 2012

Comunidade quilombola Contenda, São Manuel e Melhora

Contenda e São Manoel constituem o território titulado, formado pelas comunidades de Contenda e parte de Melhora; o linhão não passa no território, mas são afetados porque usam a área de São Manoel II para trabalhar na roça e coleta nos babaçuais. Não receberam compensação apenas a informação que as linhas benefi-

ciariam as comunidades com 2 km de linhas de energia, conforme o depoimento a seguir:

“Mas, o que se conta pra gente é que Contenda era uma fazenda e até por isso ganhou esse nome. Contenda porque o nome Contenda significa uma resistência dos antigos moradores que estiveram por aqui está vendo, que moraram por aqui. E tem assim até a história contada por eles, que tem os mais velhos que vieram de umas outras regiões aqui, como de Aquiri que tem as pessoas como é... A mãe de dona Gica veio de lá dessa região de Aquiri. Teve outros que vieram de um lugar por nome Nambu, que eu não sei nem onde é que fica. Só que eles contam que vieram de Nambu e se deslocaram pra cá. No caso, o meu pai veio de Sorocaba município de São Bento e aqui construiu família tá vendo? E nós estamos por aqui ainda o restante desse pessoal que vieram pra cá.” JOSÉ PROCÓPIO SILVA, COMUNIDADE DE CONTENDA, DEPOIMENTO REALIZADO EM OUTUBRO 2012

Comunidade quilombola Santa Rosa de Ponte de Tábua

“Eles chegaram e não deram opção da gente pedir nada, fizeram reunião, aqui era o projeto de uma horta e o poço era em São Manoel e desse poço vinha água para cá e u falei que não tinha condição que nós queríamos o poço e eles diziam que não ia dar. Eles disseram que estavam fazendo isso porque passaram muito em comunidade quilombola e mesmo assim o governo nem tava ligando para gente. Depois vieram aqui, disseram pra gente abrir mão da horta para fazer o poço. Eles tiraram esse pedaço de terra no leilão e quando eles fizeram o leilão o governo não pensou nas comunidades. Eu acho um absurdo porque as vezes as pessoas trabalham do outro lado da linha de repente chove, meu marido disse que quando chove a gente sente aquele estalo como se estivesse pegando u choque ali”. MARIA DE JESUS COSTA-PRESIDENTE DA ASSOCIAÇÃO DO QUILOMBO SANTA ROSA DE PONTE DE TÁBUA, ENTREVISTA REALIZADA EM AGOSTO DE 2012

“O que eles prometeram eles não fizeram. Martinho tem o poço, mas não tem água; Ademar só ficou com o prejuízo das palmeiras na comunidade dele; lá em casa tem um poço, mas o resto das coisas que eles prometeram eles não cumpriram. Talvez a gente não estava preparado. Para mim, essas empresas são como uma doença, quando eles chagam é para acabar. E, quando a gente achou que não devia ser do jeito que eles queriam, eles falaram que agora não tem mais jeito. Isso aí foi o governo e ele nem pensou em vocês. A gente fez isso porque passamos em muita comunidade quilombola e fomos na Fundação Palmares que passou para a ACONERUQ. É

que nós estamos aqui, mas vocês não podem mais reivindicar nada. Estamos fazendo por causa que são quilombolas e a gente ficou com a mão atada. A ACONERUQ estava representando as comunidades quilombolas e

agente confiou na ACONERUQ, esse foi o problema da gente". MARIA DE JESUS COSTA- PRESIDENTE DA ASSOCIAÇÃO DO QUILOMBO SANTA ROSA DE PONTE DE TÁBUA, DEPOIMENTO REALIZADO EM OUTUBRO DE 2012

O “linhão” foi implementado sem consulta, contrariando a convenção 169 da OIT

Artigo 6º da convenção 169

1. Na aplicação das disposições da presente Convenção, os governos deverão:

a) consultar os povos interessados, por meio de procedimentos adequados e, em particular, de suas instituições representativas, sempre que sejam previstas medidas legislativas ou administrativas suscetíveis de afetá-los diretamente;

A violação de direitos referentes às comunidades remanescentes de quilombo tem se mantido atualizada com a implantação de projetos desenvolvimentistas. As terras de tais comunidades estão sendo especuladas pelos grandes projetos de empresas privadas e/ou estatais, com a autorização do Estado, que neste caso, legitima seu poder de coação e autoritarismo. Ressalta-se que tais projetos são implantados e autorizados pelo Estado sem consulta aos representantes e líderes ou mesmo aos agentes sociais diretamente afetados contrariando a Convenção 169 da OIT.



Torres de linha de transmissão sobre o Lago Aquiri em Cacoal

B688 Boletim informativo Mapeamento Social como Instrumento de Gestão Territorial contra o Desmatamento e a Devastação: processo de capacitação de povos e comunidades tradicionais. – N. 8 (set. 2014) – Manaus: UEA Edições, 2014

v.: il. ; 30 cm.

Irregular.

Coordenação geral do PNCSA: Alfredo Wagner Berno de Almeida (CESTU/UEA/PPGCSPA) e Rosa Elizabeth Acevedo Marín (NAEA/UFPA/PPGCSPA).

ISSN 2358-6672

1. Conflitos sociais – Amazônia – Periódicos. 2. Comunidades tradicionais. 3. Desmatamento. 4. Territorialidade. 5. Cartografia. 6. Mapeamento social. I. Almeida, Alfredo Wagner Berno de. II. Marín, Rosa Elizabeth Acevedo.

CDU 528.9:316.48(811)(05)



“A região onde essa linha passou é uma região que a gente aproveitava. São Manuel II a gente botava bastante mandioca n’água, na época de verão forte aqui, a gente ia daqui botar mandioca na água lá. As mulheres de lá e daqui juntavam coco juntas. Daqui e para lá a maior questão é essa mesmo, a questão da devastação, devastou uma área que hoje é São Manuel, mas na época a gente sempre teve esse contato nos trabalhos e também o risco que a gente corre de passar por baixo e sofrer qualquer dano. Em São Manuel, passa perto das casas, lá onde o rapaz disse que a zoada incomoda ele.”

PROCÓPIO SILVA , COMUNIDADE QUILOMBOLA CONTENDA



PROJETO

**Mapeamento
Social**

ISSN 2358-6672

PROJETO EXECUTADO COM RECURSOS DO



REALIZAÇÃO



PPG CSPA